



# COVID-19

## O IMPACTO NA ECONOMIA E NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Numa economia aberta como a portuguesa, os efeitos negativos da pandemia COVID-19, que obrigou ao confinamento da população em casa e ao encerramento da atividade económica quase na totalidade, fazem-se sentir nos principais setores da economia e na vida das empresas portuguesas e dos seus colaboradores,

que, numa crise sem precedentes, necessitam de medidas de apoio que permitam a sua recuperação e o regresso à atividade.

Num país em que o tecido empresarial é maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas, e onde a atividade exportadora representa 44 por cento do PIB nacional,

a abertura do exterior aos bens e serviços portugueses será um dos fatores importantes para a retoma da atividade económica.

As empresas portuguesas estão, por outro lado, a saber adaptar-se à nova realidade e muitas converteram a sua atividade para a produção de Equipamentos de

# SOLUÇÃO PARA A CRISE PASSA PELA UNIÃO EUROPEIA

Uma Europa solidária é o que pedem os empresários portugueses, cuja atividade foi fortemente atingida pelas consequências da COVID-19. Consideram que os apoios do Estado até agora anunciados e/ou já disponibilizados são insuficientes para fazer face aos problemas de tesouraria das empresas e que as medidas anunciadas irão agravar o endividamento das empresas num futuro próximo.

As projeções apontadas pelo FMI de uma queda de 8 por cento do PIB nacional em 2020, antecipando uma grave crise económica, não tranquilizam os empresários e há quem, como César Araújo, presidente da ANIVÉC, preconize a criação de um Plano Marshall para a Europa.

Os líderes europeus chegaram, entretanto, a acordo relativamente à criação de um fundo de recuperação econó-

mica, que deverá passar pelo recurso aos mercados e pela emissão de dívida, mas os detalhes só serão conhecidos na primeira semana de maio.

A reconversão da atividade de algumas empresas, que poderão encontrar na produção de EPI uma nova área de negócio, a substituição das importações pela produção nacional e a aposta crescente nos canais digitais para a realização de negócios, substituindo a deslocação aos mercados e a participação presencial em feiras e eventos, poderão ser algumas das medidas a adotar pelas empresas para mitigar os efeitos da crise e alcançar a desejada retoma da economia.

Nesse sentido, *“resistir para recuperar”* pode ser a palavra de ordem para as empresas portuguesas, como defende o presidente da Confederação Empresarial de Portugal, António

Proteção Individual (EPI) que escasseiam em Portugal e no mundo.

Mas as Confederações patronais e as associações empresariais reclamam mais apoios do Estado e apelam à solidariedade dos Estados-membros da União Europeia para enfrentar a crise, onde o espectro do desemprego preocupa governantes e empresários.

Os empresários portugueses afirmam-se, porém, disponíveis para apoiar a retoma económica, num esforço coletivo que envolve todos os setores da sociedade portuguesa.



Saraiva. E *"a colaboração e solidariedade da UE será, mais do que nunca, um fator decisivo para ultrapassar este presente tão crítico"*, nas palavras de Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, um dos setores fortemente atingidos pela atual conjuntura.

Por seu lado, o presidente da AICEP, Luís Castro Henriques, afirma que a retoma irá ser *"muito gradual"* devido à *"assimetria existente entre os países"*, incluindo a Europa, e à necessidade de *"ajustamento de cadeias logísticas"*. E lembra que há setores de atividade que, apesar da crise, ganharam novas dinâmicas como os centros de desenvolvimento de 'software', serviços ligados à 'cloud', serviços digitais, serviços digitais de apoio à indústria financeira. A exportação *online* poderá também ser uma forma de as empresas se manterem em atividade.

O *e-commerce* será, como defende Fernando Aparício, diretor da AMVOS Digital, um instrumento que, num futuro não muito distante, irá conhecer forte desenvolvimento, pela redução

**"A reconversão da atividade de algumas empresas, que poderão encontrar na produção de EPI uma nova área de negócio, a substituição das importações pela produção nacional e a aposta crescente nos canais digitais para a realização de negócios, poderão ser algumas das medidas a adotar pelas empresas para mitigar os efeitos da crise e alcançar a desejada retoma da economia."**

de custos que representa para as empresas, contribuindo simultaneamente para aliviar os problemas ambientais.

Noutras áreas de atividade, há que referir setores como a construção e

imobiliário e os materiais de construção que, por se manterem em atividade quase na totalidade dos ramos que representam, continuam a dar um forte contributo à economia nacional.

Por seu lado, a retoma (ainda gradual) da atividade das empresas do setor automóvel e componentes, muito atingido pelo encerramento das fábricas e das empresas comerciais, a par de medidas de apoio ao setor, deverá aliviar os efeitos sentidos pela COVID-19. As empresas apostam na dinamização da procura, para que o setor possa sair desta crise o mais rapidamente possível.

Como afirma ainda o presidente da AICEP, o objetivo que devemos almejar quando se levantarem as restrições à atividade económica será *"correr de volta a 1 de março de 2020"*, quando *"estávamos a angariar investimento e a aumentar as exportações"*. Com o esforço de todos os setores da sociedade portuguesas e o apoio concertado entre os Estados-membros da União Europeia. ●



# O IMPACTO ECONÓMICO GLOBAL DA CRISE DO COVID-19

A crise do COVID-19 espalhou-se rapidamente por todo o mundo nos últimos dois meses. E com ela trouxe a maior revolução económica das nossas vidas.

Há mais de um mês, publiquei as primeiras previsões mundiais do impacto do coronavírus (em 12 países). Nessa altura, muitos pensaram que as previsões eram muito extremas.... De facto, se recuarmos a meados de março, as principais organizações internacionais como o FMI ou a OCDE, ainda achavam que o COVID-19 iria ter efeitos moderados, e que o mundo continuaria a crescer 2 - 2,5% este ano....

Estamos diante de um tipo totalmente novo de crise. E assim, as comparações com crises anteriores (por exemplo, de 2008) não são relevantes. Neste caso:

- Estamos a enfrentar uma destruição simultânea da procura e da oferta;
- É um choque global, quando o mundo está muito mais integrado;
- As taxas de juros estão em níveis históricos baixos e, assim, os bancos centrais têm menos ferramentas ao seu dispor;
- Os governos estão mais endividados e, por isso, a sua capacidade para amortecer choques é menor.

Mais tarde, lancei a versão 2.0, com estimativas dos possíveis custos económicos do COVID-19 em 30 países diferentes. Neste artigo, apresento um resumo deste estudo aprofundado, sobre o impacto económico do Coronavírus nas economias mundiais.<sup>1</sup>

## O impacto económico é assimétrico

Com 30 países em análise, foram necessárias hipóteses para produzir estimativas. Uma destas hipóteses é a duração da crise. À data inicial do estudo (meados de março de 2020) a duração da crise, e como a reto-



POR **NUNO FERNANDES\***,  
PROFESSOR CATEDRÁTICO DE  
FINANÇAS NO IESE BUSINESS  
SCHOOL

ma económica vai ocorrer, é incerto. Assim, o estudo tem três cenários: uma redução da atividade económica de 1,5 meses (de meados de março a final de abril), de três meses (com duração até meados de junho) e de quatro – cinco meses (até o final de julho). Outra incerteza é a velocidade

de retoma da atividade. Finalmente, algumas indústrias (como o turismo, por exemplo) são mais afetadas que outras. O que significa que a composição setorial dos países influencia o impacto da crise.

O gráfico seguinte mostra o impacto no crescimento médio do PIB nos 30 países da amostra nos três cenários.

No cenário mais ameno, o PIB cai em média 2,8 por cento. Parece óbvio, à data em que o leitor lê este artigo, que já passamos esse cenário.... No cenário 2 (redução significativa da atividade económica durante três meses) o PIB mundial cai mais de 6 por cento. E no cenário 3 (quatro – cinco meses) mais de 10 por cento, e em alguns países, mais de 15 por cento. Estamos na realidade face a uma crise sem paralelo. Claro que, com recessões significativas, existe um aumento significativo do desemprego.



Os resultados apontam para variações significativas entre países. A tabela seguinte apresenta o resultado para alguns dos 30 países analisados:

o dia D. O dia D vai existir. A crise vai terminar. E é importante que este tempo seja utilizado naquilo que conseguimos controlar. Deixo aqui algu-

Se esta crise durar até ao fim do verão, a economia mundial enfrenta a maior ameaça dos últimos dois séculos. Mas a profundidade e a duração da recessão dependem do sucesso das medidas adotadas para impedir a disseminação do COVID-19, dos efeitos das políticas para aliviar os problemas de liquidez nas empresas, e para apoiar as famílias com dificuldades financeiras. Também depende de como as empresas reagem e se preparam para o reinício das atividades económicas. Estamos numa crise onde a palavra velocidade é muitíssimo visível. Vão ser as empresas ágeis e com capacidade de mudança que irão capturar as oportunidades no novo mundo pós-COVID.

### CRESCIMENTO DO PIB EM 2020 NO CENÁRIO 2 (3 MESES) E CENÁRIO 3 (4.5 MESES):

	Cenário 2	Cenário 3
Alemanha	-7,4%	-11,9%
Brasil	-5,3%	-8,8%
China	-1,9%	-5,8%
Espanha	-7,5%	-12,1%
Estados Unidos	-5,0%	-8,5%
França	-6,6%	-10,6%
Índia	-0,2%	-3,8%
Portugal	-8,8%	-14,0%
Suíça	-7,2%	-11,8%

Mesmo países como a Índia e China, que normalmente registam crescimentos superiores a 6-7 por cento, irão entrar em recessão em 2020.

As estimativas acima mostram que Portugal (com maior peso do setor turismo que Espanha, Itália ou França, por exemplo) esteja entre os mais afetados. Se as medidas contenção do vírus se prolongarem até meados de junho de 2020, Portugal registará uma contração do PIB de 8,8 por cento. Já se as medidas se prolongarem até ao final de julho, a recessão da economia será de menos 14 por cento. Em média, cada mês adicional de crise custa cerca de 2,5 por cento do nosso PIB. Dito de outra forma: cada dia adicional provoca uma destruição do PIB de 250 milhões de euros.

### O que eu posso fazer?

Gostava de terminar com uma nota pessoal. O que pode o leitor fazer. De facto, grande parte da envolvente internacional, foge ao controlo do leitor. No entanto, existem muitas coisas que os gestores e empresários podem fazer no dia-a-dia, para preparar para

mas sugestões, que estão ao alcance de todos nós:

- Revisitar o modelo de negócio. O modelo de negócio vai ser diferente para muitas empresas. O que exige transformações internas dentro da empresa.
- Fazer novos contactos, ou retomar contactos antigos, nunca foi tao fácil como hoje. As nossas contrapartes internacionais estão como nós, fechados em casa.
- Repensar e reestruturar a nossa cadeia de valor. O *trade-off* entre eficiência e resiliência ficou bem patente nesta crise. E aqui também existem oportunidades para empresas portuguesas. Possivelmente, iremos continuar a ver na Europa uma tendência para a reindustrialização. Várias multinacionais estão a repensar as suas cadeias de valor, e pode ser a altura de reavivar contactos antigos, ou tentar reavivar antigos RFP/pedidos de proposta. Também a continuação das tensões EUA/China pode ser benéfico para Portugal, dado que podemos ser nós a substituir as importações que os EUA deixam de fazer da China.

### Nota final

Caro leitor, vivemos tempos diferentes, em que resultados rápidos são relevantes, e podem ajudar-nos em várias frentes. Tenho neste momento em curso um inquérito a empresas globais sobre o impacto da atual crise. Se lhe for possível responder, ficaria muito agradecido. Todos os resultados serão partilhados, de forma anónima e agregada assim que disponíveis.

<http://surveys.iese.edu/RespWeb/Cuestionarios.aspx?EID=1174639>

ou

<http://tiny.cc/xpleoz>

Desde já muito obrigado! ●

\* **NUNO FERNANDES** é Professor Catedrático de Finanças no IESE Business School, em Espanha, Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal e Membro do Comité de Auditoria do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

1 Estudo e Link: [Economic Effects of Coronavirus Outbreak \(COVID-19\) on the World Economy](#)

# CIP

## Resistir para recuperar

O impacto económico da maior ameaça coletiva que o mundo enfrenta desde a Segunda Grande Guerra está bem patente nos números que começam agora a ser conhecidos. Cerca de 70 000 empresas encerradas (total ou parcialmente), mais de um milhão de trabalhadores impedidos de trabalhar, e 25 por cento das empresas com uma redução do respetivo volume de negócios em mais de 75 por cento.

Mais do que nos números relativos a estas primeiras semanas de crise, o impacto faz-se sentir nas expectativas para os próximos tempos.

Tendo em conta que a maior parte das PME não tem liquidez para aguentar mais de um mês sem entrada de receitas, a questão que se coloca é: quantas PME de inúmeros setores de atividade, encerradas total ou parcialmente, por imposição legal, pela ausência de trabalhadores ou simplesmente por falta de procura ou de abastecimento, irão resistir? E mesmo as grandes empresas, quanto tempo poderão resistir?

Ao contrário de outras crises, as causas subjacentes à situação que estamos a viver estão perfeitamente determina-



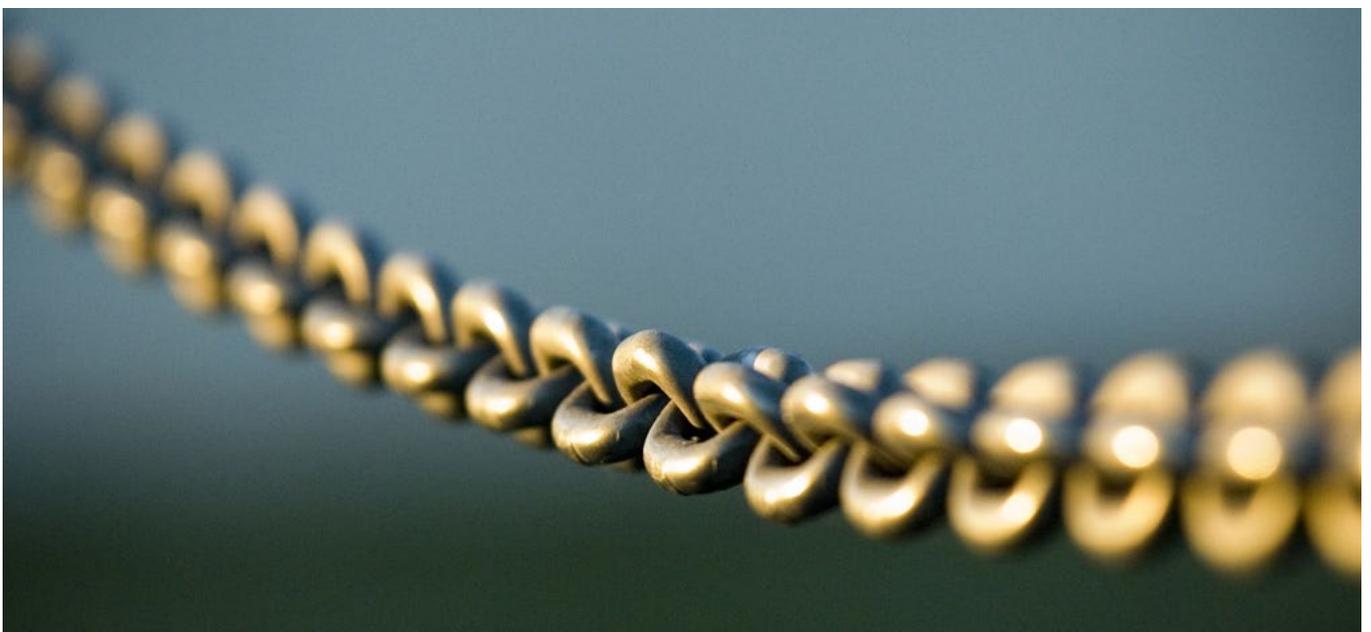
POR **ANTÓNIO SARAIVA**,  
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL – CIP

das e sabemos que são temporárias. A incógnita principal é saber qual será o estado da economia portuguesa

quando as atuais restrições forem levantadas. Quantas empresas serão capazes de manter sua capacidade para impulsionar a recuperação quando ela começar a ser possível?

Esta incógnita depende do tempo, da dimensão e intensidade da própria pandemia. Mas o que vai sobrar da economia, do emprego, da capacidade produtiva que poderá ser reativada, dependerá também dos apoios que o Estado for capaz de mobilizar e fazer chegar ao terreno. Apoios à tesouraria das empresas, apoios em termos dos custos em que continuam a incorrer, nomeadamente salariais, mesmo com pouca ou nenhuma entrada de receitas.

As previsões começam já a surgir: como é sabido, o FMI arriscou a proje-



ção, para Portugal, de uma queda de 8 por cento do PIB em 2020, seguida de uma recuperação de 5 por cento em 2021.

**“Com a exceção do *lay-off* simplificado, todas as medidas tomadas têm em comum o facto de implicarem ou o aumento do endividamento, ou encargos mais pesados num futuro relativamente próximo.”**

Não leio estes números, nem outros, porventura ainda mais dramáticos, com uma visão fatalista ou determinística do que se vai passar, mas como uma base de análise para definir o que devemos fazer para mudar a realidade. Dizia um especialista em prospetiva que toda a forma de predição do futuro é uma impostura, porque o futuro não está escrito, é necessário construí-lo.

O governo está a tempo de reagir à altura das circunstâncias. Tem de colocar as previsões no seu devido lugar, desmentindo-as com políticas públicas fortes, imediatas e responsáveis.

É certo que o governo já foi dando passos no sentido de atenuar o impacto económico da pandemia. Foi aumentando a dimensão da sua resposta. Foi ajustando essa resposta, à medida em que ouvindo os agentes económicos e se foi apercebendo da dimensão dos problemas. Vai aprendendo, também, com os seus próprios erros.

Mas existe ainda um grande desfasamento entre os montantes mobilizados e as necessidades e, sobretudo, ainda persistem disfunções que prejudicam a eficácia e rapidez com

que as medidas estão a chegar ao terreno. As exigências em termos de acesso das empresas aos apoios têm vindo a diminuir, mas ainda não se compadecem com a urgência que a gravidade da situação requer. É tempo de abandonar exigências descabidas. Não podemos esperar que as empresas estejam já em rutura para que possam ser apoiadas.

Quanto aos montantes a mobilizar, comparam mal, em termos relativos, com o que outros países europeus se propõem fazer chegar às suas empresas. De acordo com dados que nos chegam da Business Europe, cerca de 5 por cento do PIB, em Portugal, contra mais de 10 por cento em Espanha, mais de 20 por cento na França e na Itália, mais de 50 por cento na Alemanha.

O problema, no entanto, não se prende apenas com a dimensão dos apoios, mas também com a sua tipologia. Enquanto medidas de emergência, todas elas são positivas.

Desde que cheguem ao terreno com rapidez, contribuem para aliviar temporariamente problemas de tesouraria das empresas.

No entanto, com a exceção do *lay-off* simplificado, todas as medidas tomadas têm em comum o facto de implicarem ou o aumento do endividamento, ou encargos mais pesados num futuro relativamente próximo.

Com estas medidas, as empresas ficarão, incontornavelmente, mais endividadas. Ora as empresas não precisam de mais endividamento, mas antes de tesouraria que lhes permita fazer face aos compromissos no curto prazo, recuperar no médio prazo e manter os empregos em termos duradouros. Há, por isso, que inovar na injeção direta de fundos nas empresas, para que possam subsistir e manter empregos.

Estas são algumas reflexões que estão na base do Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa que a



CIP teve oportunidade de apresentar ao governo. Um plano que pretende:

- Salvar o país não para e que, na medida do possível, se mantém a atividade económica nos termos que garantam a saúde pública e a segurança dos trabalhadores;
- Garantir a manutenção dos postos de trabalho;
- Criar os mecanismos para que as empresas possam retomar a atividade logo que possível e de forma sustentável.

O Plano articula-se em sete grandes medidas:

- Conversão das garantias de Estado em incentivos a fundo perdido;
- Negociação com o FEI e BEI de Garantias de Carteira para o País e o seu sistema financeiro;
- Atribuição de Benefícios Fiscais que possam ser antecipados através do sistema financeiro;
- Criação de Garantias de Seguro de Crédito à Exportação e melhoria das condições de importação
- Estado paga aos fornecedores a prazo;
- Agilização dos pagamentos entre empresas;
- Revisão do regime de insolvências.

Reconheço que tal estratégia é exigente do ponto de vista orçamental. Mas não tenho qualquer dúvida que é mais saudável fazer, agora, um esforço para sustentar a atividade económica, do que colocar as finanças públicas, a prazo, a pagar mais subsídios de desemprego e com uma base tributária mais débil. Esse caminho, sim, poria em causa, a prazo, a sustentabilidade das finanças públicas e a credibilidade nos mercados.

A atual situação é de exceção e exige medidas excecionais, para evitar males maiores e mais duradouros. ●

<https://cip.org.pt>



## CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL disponível para apoiar retoma económica

O forte impacto da pandemia COVID-19 na economia representa, para a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, "um desafio histórico, só ultrapassável com o esforço de todos os atores da sociedade portuguesa", e defende que a retoma económica passará pelo apoio incondicional à economia e às empresas.

O testemunho de João Vieira Lopes, presidente da CCP.



**JOÃO VIEIRA LOPES,**  
PRESIDENTE DA CCP

"O cenário em que nos encontramos é totalmente inesperado face ao contexto e aos dados socioeconómicos com que 2019 terminou. Não que a CCP considerasse que a economia portuguesa estava então já livre de todos os problemas herdados da crise económica e financeira que grassou desde 2008. Bem pelo contrário, não nos inibimos de continuar a defender a necessidade da alteração do paradigma em vigor e a urgência de optarmos corajosamente por um novo modelo económico assente no valor

acrescentado nacional onde os serviços têm um papel decisivo.

Deveríamos ainda ter feito mais e melhor em termos de volume de investimento, em particular ao nível público, mas também noutras dimensões. Esse debate está, neste momento congelado, mas terá que ser reaberto e inserir-se na elaboração de uma estratégia para a recuperação da atividade económica.

Mas qual o impacto da pandemia COVID-19 já existente no nosso tecido empresarial?

Parece-nos inegável que o efeito da COVID-19 vai perdurar no tempo, com reflexos nos nossos comportamentos, quer a nível social – na forma como nos relacionamos com os outros –, quer a nível económico, incluindo o mercado de trabalho e o consumo. E se tudo isto encerra oportunidades – porque a mudança é sempre um desafio – enfrentamos para já um quadro em que a crise sanitária está a condicionar brutalmente o desempenho da atividade económica. Não tenhamos ilusões: a prazo, os seus efeitos serão negativos para muitas empresas, com encerramentos inevitáveis e o engrossar das fileiras do desemprego.

Perante a incerteza quanto ao tempo de duração da crise sanitária, não é possível avançarmos com exercícios creíveis de quantificação dos impactos da COVID-19 na evolução da nossa atividade económica. As previsões macroeconómicas, nacionais e internacionais, apontam claramente para podermos ter em 2020 uma queda do produto interno bruto que se pode aproximar dos dois dígitos e uma taxa de desemprego a caminhar para o dobro do ano anterior. Essas tendências, apesar de atenuadas, estarão presentes pelo menos em 2021.

Parece-nos já claro que a crise evoluirá rapidamente para uma crise da procura em que nem o turismo nem o consumo privado em geral recuperarão



ao longo de 2020. Não acreditamos numa crise temporária nem num rápido regresso à “normalidade”.

Temos, portanto, um desafio histórico à nossa frente, só ultrapassável

**“Parece-nos inegável que o efeito da COVID-19 vai perdurar no tempo, com reflexos nos nossos comportamentos, quer a nível social – na forma como nos relacionamos com os outros –, quer a nível económico, incluindo o mercado de trabalho e o consumo.”**

com o esforço de todos os atores da sociedade portuguesa – e a CCP está pronta a cumprir a sua parte. Temos vindo a apresentar preocupações

concretas, a propor medidas urgentes, a expressar uma ideia clara de quais deverão ser as orientações de política económica que nos farão sair destes momentos difíceis.

### **Previsões e soluções que a CCP propõe para mitigar esse impacto**

Não é difícil prever algumas consequências cujo nível de intensidade deverá variar de acordo com o período em que uma parte significativa da economia estiver inativa:

- Mais de um milhão de trabalhadores em *lay-off* ou com apoios sociais, aumento do desemprego e a baixa poupança preexistente vão ter como consequência uma quebra de rendimentos e de poder de compra durante um período prolongado;
- De uma forma diferenciada nos vários setores, uma parte do negócio, maior ou menor, não é recuperável. O Turismo, em particular, terá uma retoma lenta e difícil, fortemente condicionada pelo ambiente inter-

nacional. Os setores exportadores estão dependentes da situação económica nos países de destino;

- Os adiamentos e moratórias – fiscais, bancárias, de rendas, etc. – protelam as prestações a pagar, mas não as fazem desaparecer. Isso é válido tanto para as empresas como para as famílias;
- Todos os apoios e linhas de financiamento, úteis e mesmo imprescindíveis no curto prazo, vão aumentar o endividamento das empresas, ainda por cima com baixos capitais próprios como é característico do tecido empresarial em Portugal.

Numa primeira fase, para ultrapassar esta situação – e como sucedeu, apesar de alguns atrasos inexplicáveis – os instrumentos do governo português devem ter como orientações: evitar custos

dívidas futuras, um cenário que um grande número de empresas – sobretudo pequenas e médias – não está em condições de suportar dado que as perdas atuais não são recuperáveis.

**“Qualquer estratégia de retoma económica tem de implicar, necessariamente, colocar dinheiro a fundo perdido no sistema económico e empresarial.”**

Assim, qualquer estratégia de retoma económica tem de implicar, necessariamente, colocar dinheiro a fundo perdido no sistema económico e empresarial. Não o fazer em

## Estratégia europeia

Não temos dúvidas de que a importância da estratégia europeia e das disponibilidades a libertar serão decisivas. No imediato existe a possibilidade de reorientar uma parte importante dos apoios disponíveis do PT2020.

A interdependência das economias, em particular na Zona Euro, não permite que Portugal, com a dimensão e endividamento que tem, consiga sair desta crise apenas com os seus meios próprios. O país está por isso dependente do que for acordado em termos europeus a dois níveis de intervenção para:

- Evitar que os juros da dívida de países mais vulneráveis possam disparar, como sucedeu na anterior crise das dívidas soberanas;
- Assegurar capacidade financeira aos diferentes países para poderem de-



para as empresas e garantir a necessária liquidez para efetuarem pagamentos inadiáveis; tentar limitar os despedimentos com os mecanismos de *lay-off*.

Numa segunda fase a partir, de maio/junho, os instrumentos do governo devem assegurar que os apoios atuais não se concentrem simplesmente em

relação às empresas cuja atividade foi suspensa ou que tiveram perdas significativas aumentará o número das que encerrarão no curto/médio prazo. Quanto será necessário, com que critérios e em que setores são pontos em aberto em cuja definição a CCP está empenhada em colaborar ativamente.

envolver as políticas públicas necessárias ao combate à crise.

Apesar de um ou outro sinal positivo, estamos muito longe de o conseguir, sendo esta uma das nossas grandes preocupações.” ●

# O IMPACTO DA COVID-19 NO TURISMO PORTUGUÊS

Setor de grande importância para a economia do país e com um forte crescimento registado nos últimos anos, o Turismo será um dos setores mais afetados pela atual crise, esperando-se uma contração significativa na sua atividade.

Francisco Calheiros, da Confederação do Turismo de Portugal, e Ana Jacinto, da AHRESP, dão conta dos problemas que atingiram o setor e das necessárias medidas que permitam retomar a atividade das empresas.



## CTP

### Solidariedade da Europa será decisiva para ultrapassar a crise

Já não existem dúvidas de que a pandemia da COVID-19 trouxe alterações significativas e abruptas à atividade das nossas empresas e, consequentemente, à economia nacional. Este impacto é particularmente relevante nas empresas do turismo, que sofreram uma quebra repentina de receitas, o que lhes trouxe inúmeras dificuldades para pagar salários, fornecedores, impostos ou créditos. Ainda não é possível quantificar com rigor quantas destas empresas estarão irremediavelmente perdidas, mas sabemos de muitas em grandes dificuldades.



POR **FRANCISCO CALHEIROS**,  
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO  
DO TURISMO DE PORTUGAL - CTP

Toda a cadeia de valor do turismo – atividade que vive da deslocação de pessoas, que se viram obrigadas ao confinamento obrigatório – sofreu e sofrerá durante algum tempo as consequências desta pandemia. Tal como a economia nacional, cuja recuperação no período pós-troika assentou muito na atividade turística: é preciso não esquecer que o turismo representa, segundo a Conta Satélite do Turismo em 2018, 14,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que o peso do emprego nas actividades características do turismo no total do emprego nacional é de 9 por cento.

Neste quadro de incerteza, as medidas lançadas pelo governo têm, de uma forma geral, apoiado as empresas nas suas necessidades mais urgentes, como o pagamento de salários e a salvaguarda de postos de trabalho, essenciais para garantir a retoma. Contudo, é necessário ir mais longe no plano europeu. A melhor forma de enfrentar esta crise sanitária sem precedentes na história recente é unir esforços na União Europeia para operacionalizar adequados instrumentos de apoio financeiro à sobrevivência das empresas e dos postos de trabalho.

Os países, sobretudo os mais atingidos por esta pandemia, necessitam de auxílios financeiros diretos para as empresas e não de mais mecanismos de endividamento. A nossa recomendação vai no sentido da realocação de verbas do orçamento da UE para apoio aos Estados-membros, para a dinamização da atividade económica e apoios às micro, pequenas e médias empresas. A colaboração e solidariedade da UE é, mais do que nunca, um fator decisivo para ultrapassar este presente tão crítico. Do futuro, tratarão os nossos empresários com a criatividade e empenho que todos lhe reconhecemos. ●

<https://ctp.org.pt>

## AHRESP

# Restauração e alojamento turístico: guia para não cometer um erro crasso

É inquestionável que os tempos que vivemos são difíceis para todos os setores. Empresas e empregos estão em risco em todo o mundo devido à pandemia COVID-19. Em Portugal, e pela natureza desta crise, os setores da Restauração e Bebidas e do Alojamento Turístico são dos mais afetados, senão mesmo os mais afetados.



POR **ANA JACINTO**,  
SECRETÁRIA GERAL DA AHRESP  
- ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA,  
RESTAURAÇÃO E SIMILARES

Os restaurantes vazios, as esplanadas desertas, os alojamentos sem uma única reserva: este é hoje o retrato fiel, que contraria as imagens que ainda persistem na nossa memória coletiva recente.

No caso da Restauração, a incerteza quanto à forma como este vírus se propagava levou a que muitos estabelecimentos encerrassem por receio de serem eles próprios veículos privilegiados da sua propagação nos seus espaços. Primeiro por iniciativa própria, e responsável, depois por obrigação, em consequência da declaração do



Estado de Emergência, muitas empresas fecharam, enquanto outras optaram, porque a lei assim o permitiu, por novas formas de negócio, como a venda para fora ou a entrega ao domicílio, como último recurso.

Esta é, porém, uma solução que apenas se aplica a um reduzido número de empresas, porque para a esmagadora maioria esta não é uma hipótese viável, quer porque não é rentável, quer porque nos seus espaços não é possível garantir o cumprimento de todas as regras, nomeadamente ao nível do distanciamento.

Encerrados ou “semiabertos”, e com pouca ou nenhuma receita, muitas das empresas que estão hoje fechadas olham com muita incerteza para quando, e se, voltarão a abrir.

do mundo, num ápice se transformou num momento de grande insegurança.

Vínhamos da tradicional época baixa, mas com elevados custos fixos, e

**“Encerrados ou 'semiabertos', e com pouca ou nenhuma receita, muitas das empresas que estão hoje fechadas olham com muita incerteza para quando, e se, voltarão a abrir.”**

com investimentos feitos na contratação de trabalhadores, equipamentos, requalificações e campanhas de

AHRESP entre os dias 1 e 3 de abril e ao qual responderam cerca de 2.000 empresas (67 por cento hotéis e alojamento local), revelaram que 75 por cento das empresas tiveram de encerrar, 50 por cento referem avançar para *lay-off*, 30 por cento não conseguiu pagar salários em março e mais de 80 por cento dos hotéis e restaurantes preveem zero de faturação para abril e maio, mas a cada dia que passa, o cenário piora.

O governo português tem anunciado sucessivas medidas de apoio e a AHRESP não pode deixar de reconhecer o esforço feito. Mas muitas destas medidas são, ainda, desajustadas para apoiar de forma segura os setores que representamos porque se baseiam essencialmente em moratórias, alívios temporários e, principalmente, endividamento das empresas. Estas dívidas vão acumular-se às despesas fixas e um dia vão ter de ser pagas, estrangulando qualquer eventual recuperação. Pedir às empresas que se endividem num momento destes, quando não sabem qual é o seu futuro, é o mesmo que estar a oferecer um presente envenenado, se entretanto tudo não voltar à “normalidade”, normalidade essa que nunca será imediata e levará meses, senão anos, até alcançarmos o ponto onde estávamos.

A única via que pode constituir uma verdadeira resposta é a entrada, “para ontem”, de dinheiro nas empresas, a fundo perdido, medida que deve ser acompanhada da isenção de impostos, taxas e pagamento de rendas.

Esta é a única saída para que as empresas que tanto fizeram pela economia do país, e pela sua afirmação a nível mundial como destino turístico de excelência, sobrevivam. No campo do Turismo, não há quem mais tenha contribuído para isso como as empresas do nosso setor. Desperdiçar esta riqueza seria um erro crasso. ●



E esta incerteza estende-se obviamente às empresas do Alojamento Turístico, como os hotéis e os alojamentos locais. O momento de otimismo vivido com a afirmação de Portugal como um dos principais destinos turísticos

marketing, tudo com o objetivo de responder à época alta. Mas a procura desapareceu.

O inquérito às empresas de restauração e de alojamento realizado pela

<https://ahresp.com>



## O IMPACTO DA COVID-19 NO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO PORTUGUÊS

Setor exportador por excelência, a indústria têxtil e de vestuário portuguesa sofreu um rude abalo em consequência da pandemia que assola o mundo, e, em particular, os mercados europeus onde se encontram os grandes clientes dos fabricantes portugueses.

Estima-se que cerca de 50 por cento das empresas do setor tenham recorrido ao *lay-off*, com todos os custos que essa situação comporta, mas houve muitas empresas que não baixaram os braços e que souberam reconverter-se estando já a produzir equipamentos de proteção individual (EPI) para suprir as necessidades do país, mas também a exportar para países europeus onde há falta desses equipamentos para o combate ao coronavírus.

Os testemunhos dos responsáveis das associações empresariais ANIVÉC e ATP, que aqui apresentamos, dão conta dos problemas que o setor atravessa e apontam soluções para o futuro.

## ANIVEC

“Somos generais a combater um inimigo que não conhecemos e a nossa gestão é feita de emoções”

César Araújo, presidente da ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção, é um dos empresários do setor que não fechou portas e que reconverteu a atividade da sua empresa de confeção, a Calvelex, à produção de EPI, estando a laborar a 100 por cento e a exportar para alguns mercados externos.



**CÉSAR ARAÚJO**, PRESIDENTE DA ANIVEC

Considera que estamos a viver “o colapso da economia de mercado, que se irá transformar numa crise financeira brutal”, e que tendo igualmente atingido o setor do têxtil e vestuário, este “está a tentar reinventar-se”.

“No setor, vamos tentar manter as empresas em ponto morto, para que se mantenham em funcionamento e, no futuro, possam voltar à sua atividade”, refere o responsável, sublinhando, porém, a necessidade de haver procura por parte dos mercados europeus, principais clientes das empresas portuguesas do setor.

César Araújo estima que cerca de 50 por cento das empresas do setor tenham recorrido ao *lay-off*, que considera ser, nesta fase, “uma ferramenta que

*passou a ser um bom ato de gestão”, mas defende a importância de, ao mesmo tempo, “haver ações de formação profissional para que os trabalhadores possam trabalhar e servir os clientes”.*

Constatando que o mercado mundial mudou devido à COVID’19, César Araújo defende que os empresários do setor são “generais que estão na linha de combate a lutar contra um inimigo que não conhecemos e a nossa gestão hoje em dia é feita de emoções e feelings”.

Por outro lado, considera que esta crise “também vai ensinar-nos a produzir, no

*futuro, de forma mais sofisticada e com outros padrões de exigência, nomeadamente nesta área da saúde – desde a matéria-prima à forma de produção”.*

Sobre as medidas tomadas para apoiar as empresas, César Araújo afirma que “o que está a ser feito, é bem feito, mas não é suficiente. Sei que os recursos são finitos, mas salientamos o esforço dos empresários nesta luta, que é uma luta de todos os setores da sociedade. E os empresários vão fazer o seu papel para ultrapassar esta crise”.

O presidente da ANIVEC refere ainda que o *layoff* é “uma boa medida”, mas



chama a atenção para a impossibilidade de as empresas cumprirem o pagamento ao trabalhador dos 30 por cento que lhes cabe se não faturarem. E aponta: *"Há que rever esta situação com carácter de urgência e reduzir a contribuição da empresa para 10 por cento, para que as empresas possam renascer. Há que criar mecanismos nesse sentido e evitar o desemprego, que será mais penoso para o país e a economia"*.

Para o responsável, caberá à Europa, através de mecanismos de solidariedade, delinear uma estratégia para a retoma da economia dos países da União Europeia, apoiando as empresas e os setores da sociedade que geram a riqueza destes países.

Defende que a Europa tem de ter *"uma política comercial e industrial e deve regular a globalização de uma forma equilibrada e não de forma selvagem como tem feito até agora, deixando de estar refém da produção da Ásia e da China"*.

Esperando que a Europa *"aprenda com esta crise"*, César Araujo defende a criação de um Plano Marshall focado na Europa, *"para minimizar a queda da economia europeia e permitir que as empresas se relancem"*.

E deixa um conselho: *"A próxima presidência de Portugal da União Europeia é uma boa oportunidade para Portugal mostrar liderança e afirmar que está focado no desenvolvimento europeu, na passagem desta crise e na criação de um Plano Marshall para a Europa"*.

*"Acredito no projeto europeu e na solidariedade da Europa para manter vivo esse projeto. A Europa tem de ser menos burocrática e olhar mais para a população e para o 'terreno', para não pôr em causa o projeto europeu"*, conclui o presidente da ANIVEC. ●

[www.anivec.com](http://www.anivec.com)



## ATP

### Medidas de apoio às empresas são insuficientes

O impacto da COVID-19 no setor têxtil e vestuário português tem vindo a refletir-se a vários níveis, sendo o mais generalizado e preocupante a quebra na procura, com a anulação, redução ou adiamento de encomendas, adiamento de entrega e pagamento de encomendas já realizadas, adiamento do pagamento de encomendas já entregues, tudo isto com nefastas consequências em termos de tesouraria das empresas.



POR **MÁRIO JORGE MACHADO**, PRESIDENTE DA ATP - ASSOCIAÇÃO TÊXIL E VESTUÁRIO DE PORTUGAL

Como sabemos, neste momento, quer o mercado nacional quer os mercados europeus, para onde o setor têxtil e vestuário exporta a maioria dos seus produtos, estão em *lockdown*. Medi-

específica, obrigando-nos a um novo *lockdown*, seguramente diferente deste pois estaremos mais bem preparados.

Nestas circunstâncias é difícil planear

presas adotarem medidas que tragam mais endividamento.

É neste sentido que muitos empresários do setor têm feito chegar à ATP as suas preocupações, reiterando que as medidas em vigor não são suficientes e não vão dar a resposta necessária, pondo em risco a sobrevivência das empresas e do emprego. Por exemplo, as empresas que estão em *lay-off* total durante dois ou três meses não têm capacidade para pagar os 30 por cento do custo salarial que lhe é imputado.

Existe uma clara noção de que o financiamento não está a chegar às empresas, conforme era expectável: a par da burocracia, o custo (taxas e comissões das linhas de crédito) é outro dos fatores mais criticados, existindo ainda algumas práticas que têm penalizado o financiamento às empresas, as quais defendem que deveria haver uma componente do financiamento a fundo perdido. Novas medidas de apoio na área fiscal deverão igualmente ser equacionadas.

Desde o início, esta situação obrigou o governo a fazer um equilíbrio entre a saúde pública e a saúde da economia. No que respeita às empresas é também fundamental o equilíbrio entre o ajudar agora, de facto, e o ter de suportar elevadas taxas de desemprego que poderão perdurar muito mais para além da crise sanitária.

Mas do ponto de vista da retoma e da recuperação económica, Portugal não poderá trabalhar sozinho, estamos integrados e profundamente dependentes da economia europeia. As medidas que forem tomadas noutros mercados terão também influencia na nossa economia e sobretudo no neste setor, que exporta 82 por cento do total para o mercado comunitário. Nesta fase é primordial equacionar a retoma da atividade com as necessárias medidas de segurança. ●

<https://atp.pt>



das que estão em vigor desde o início de março, no caso europeu, e ainda não sabemos por mais quanto tempo.

Esta é outra dimensão do impacto: a incerteza quanto ao quando e em que circunstâncias iremos retomar a atividade, em Portugal e nos mercados mais relevantes para o setor. Nada será parecido com o antes do COVID-19. Conseguirão as famílias manter o mesmo nível de rendimento? Terão as mesmas prioridades de consumo? Muito provavelmente não! As projeções económicas, quer para Portugal quer para os restantes países do mundo apontam para uma quebra do PIB que vai estar acompanhada do aumento generalizado do desemprego, sobretudo em 2020, mas com certeza com reflexos ainda em 2021. Isto sem pensar num segundo surto que poderá vir antes da respetiva vacina ou de medicação mais

a atividade neste setor que é sazonal e que tem uma cadência muito própria em termos de lançamento de pro-

**“Esta é outra dimensão do impacto: a incerteza quanto ao quando e em que circunstâncias iremos retomar a atividade, em Portugal e nos mercados mais relevantes para o setor. Nada será parecido com o antes do COVID-19.”**

duto e coleções. É ainda mais difícil neste contexto de incerteza económica, com um “navegar à vista”, as em-

# 6.200 MILHÕES DE EUROS AS EMPRESAS PODEM CONTINUAR A CONTAR CONNOSCO

Para apoiar as Empresas, o Millennium bcp disponibiliza um conjunto de linhas de financiamento num total de 6.200 milhões de euros, garantidas pelo Estado:

- 4.500 milhões de euros para Apoio à Atividade Económica
- 900 milhões de euros para o Turismo
- 600 milhões de euros para a Restauração e similares
- 200 milhões de euros para as Atividades Turísticas

Porque o País não pode parar. Conte connosco. Saiba mais no site [millenniumbcp.pt](http://millenniumbcp.pt) e contacte já o seu Gestor ou Sucursal Millennium.

Sujeito a análise de risco de crédito por parte do Millennium bcp.



[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)

**Millennium**  
bcp Empresas

**AQUI CONSIGO**



## ACAP NECESSÁRIAS MEDIDAS URGENTES PARA SALVAR AS EMPRESAS

A grave crise da COVID-19 é, desde logo, diferente de todas as outras, porque afeta de igual modo os países ricos e os países pobres. Naturalmente que aqueles terão ao seu dispor meios e recursos que lhes permitem, mais facilmente, combater este flagelo. A imprevisibilidade da sua duração, torna muito difícil a tomada de medidas concretas por parte dos governos e de instituições como a União Europeia.

## O IMPACTO DA COVID-19 NO SETOR AUTOMÓVEL

O setor automóvel em Portugal é um dos mais relevantes para a economia nacional, com fortes contributos para o PIB, para o emprego e para as exportações de bens transacionáveis.

O setor foi severamente atingido pela atual conjuntura e duas associações empresariais – ACAP e AFIA – defendem a tomada de medidas concretas pelo governo para mitigar o impacto da COVID'19 e assim salvar as empresas (grandes, PME e microempresas).



POR **HÉLDER PEDRO**,  
SECRETÁRIO-GERAL DA ACAP

O setor automóvel, sendo um dos principais sectores económicos em Portugal e na União Europeia, foi desde logo um dos mais afetados com o imediato encerramento de fábricas e empresas comerciais.

Em Portugal, este setor é responsável por 25 por cento do total das exportações de bens transacionáveis, representa 19 por cento do PIB e emprega 200.000 pessoas.

Por outro lado, é um setor composto por algumas grandes empresas, mas, sobretudo, por PME, microempresas e, mesmo, empresários em nome individual.

É um tecido empresarial, que se distribui por todo o território e, em muitas regiões do país, é mesmo o principal setor empregador a nível local.

Torna-se, pois, necessário tomar medidas urgentes no imediato para se poder salvar as empresas e, logo de seguida, preparar condições para a desejada retoma da atividade económica. Só assim, conseguiremos travar uma enorme destruição de capital e um aumento significativo do desemprego, com as consequências sociais negativas que essa situação acarreta.

A ACAP apresentou logo ao governo, em meados de março, um conjunto

de propostas que se consubstanciam no que podemos designar como Plano de Apoio ao Setor Automóvel (ou PASA), tal como aconteceu em 2009.

**“A ACAP apresentou logo ao governo, em meados de março, um conjunto de propostas que se consubstanciam no que podemos designar como Plano de Apoio ao Setor Automóvel (ou PASA), tal como aconteceu em 2009.”**

Fundamentalmente, propusemos medidas de apoio ao emprego, como vieram a ficar definidas no designado *lay-off* simplificado e que se encontra em vigor, assim como uma linha de crédito específica para o nosso setor. O governo veio agora reforçar a linha já existente e alargou, significativamente, os CAE a que se aplica. Todavia, e para as empresas do setor comercial, será necessário que existam apoios a fundo perdido, pois só assim estas poderão sobreviver.

Mas, a ACAP apresentou também propostas de dinamização da procura,

para que o setor possa sair, desta crise, o mais rapidamente possível.

E aqui retomámos o nosso plano de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, que também tinha sido implementado em 2009. Este plano, terá a dupla vantagem de alavancar a procura e renovar o parque automóvel que, como é sabido, se encontra envelhecido. Propomos, ainda, o reforço da linha de apoio à compra de veículos elétricos, face à que existe atualmente.

Por último, e dado que se verificou uma paragem abrupta da atividade, propusemos a suspensão do pagamento de IUC (Imposto Único de Circulação), para os veículos em *stock*, permitindo assim aliviar a tesouraria das empresas.

Estamos certos de que o governo irá dar a maior atenção às propostas da ACAP, pois só assim se conseguirá que o setor automóvel continue a ser um setor fundamental na nossa economia, sendo o maior gerador de receitas fiscais, um dos maiores exportadores e um dos principais responsáveis pela criação de emprego no nosso país. ●

[www.acap.pt](http://www.acap.pt)



## AFIA

# Volume de negócios das empresas com quebra de 30 por cento em 2020

Com o abrandamento da economia e a redução da procura por força da emergência de saúde com que nos deparamos, com os consumidores em pânico e sem confiança relativamente ao amanhã, as vendas de automóveis estão em queda acentuada. Por ser inevitável tomar medidas sanitárias e por inexistência de vendas de veículos automóveis, verificaram-se grandes cortes na produção de veículos automóveis. Na União Europeia as fábricas de automóveis estão paradas, logo obrigam os fornecedores a parar e a considerar mudanças drásticas no futuro próximo. Esta situação ao afetar toda a cadeia de produção, redução drástica de encomendas, vai culminar no encerramento total ou parcial das empresas portuguesas de componentes para a indústria automóvel.



POR **JOSÉ COUTO**, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AFIA- ASSOCIAÇÃO DE FABRICANTES PARA A INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

Como consequência, perspetiva-se, a curto prazo, um severo impacto na atividade económica de um dos setores que mais contribui para a econo-

mia nacional: 6 por cento do PIB, 8 por cento do emprego da indústria transformadora e 16 por cento das exportações nacionais de bens transacionáveis.

As primeiras projeções da AFIA indicam uma quebra abrupta, de 50 por cento, na atividade no mês de março, mas em abril a diminuição chegará aos 90 por cento. Só a partir de novembro a indústria portuguesa de componentes para o automóvel começará a recuperar, sem, contudo, chegar aos números de 2019. Para a totalidade do ano de 2020 é projetada uma descida de 30 por cento no volume de negócios, o que se traduz, numa diminuição de 3,6 mil milhões de euros, face aos valores registados no ano passado. Assim, para o ano de 2020 o volume de negócios ficará nos 8,4 mil milhões de euros.

### Medidas para mitigar o impacto da COVID-19

A AFIA quer dialogar com o governo e encontrar um modelo, um conjunto de medidas, que estejam para lá do apoio imediato, que constituam uma solução para os novos desafios,

“Consideramos fundamental o apoio através do reforço dos Capitais Permanentes das Empresas: quer através do reforço de novos financiamentos a longo prazo e transformação de financiamentos de curto prazo em médio/ longo prazo, com períodos alargados de carência; quer por via de soluções que não passem pelo aumento do passivo das empresas, mas que possam ser configuradas como reforço de Capitais Próprios.”

para que as empresas se mantenham competitivas, o que só será possível se sairmos capazes de continuar a realizar investimentos que permitirão acompanhar a evolução dos produtos e dos mercados e responder

aos desafios dos clientes. É necessário que as empresas não saiam fragilizadas, que mantenham as competências diferenciadoras que foram construindo, que não percam o ritmo de modernização tecnológica e se mantenham dentro dos modelos de desenvolvimento integrados da indústria automóvel.

crédito que estão direta ou indiretamente suportadas pelo PT2020. A implementação de medidas que apoiem a manutenção dos quadros qualificados que garantem as competências internas e a sua evolução de forma a ajustá-las às necessidades da digitalização da organização nos seus vários planos.

Procuramos encontrar uma solução que reforce o balanço das empresas através dos capitais permanentes.

A AFIA trabalhou em conjunto com as associações empresariais setoriais representadas nos *clusters* que estão ligadas à indústria automóvel – MOBINOV e Engineering & Tooling – de



Neste contexto, para lá das medidas apresentadas pelo governo para o conjunto da economia e em especial no que respeita à manutenção do emprego, apresentámos um conjunto de sugestões que respondem às dificuldades do processo de retoma da atividade de produção de automóveis. Desde logo assegurar a manutenção de Seguros de Crédito, a exclusão do regime de *minimis* no acesso das empresas às linhas de

Em especial, consideramos fundamental o apoio através do reforço dos Capitais Permanentes das Empresas: quer através do reforço de novos financiamentos a longo prazo e transformação de financiamentos de curto prazo em médio/longo prazo, com períodos alargados de carência; quer por via de soluções que não passem pelo aumento do passivo das empresas, mas que possam ser configuradas como reforço de Capitais Próprios.

forma a construírem um documento que traduzisse as preocupações das empresas ligadas a esta indústria.

Estas medidas, permitirão às empresas não só atenuar esta crise bem como preparar o período seguinte, de retoma da atividade, se possível incrementar o posicionamento competitivo. ●

<https://afia.pt>

# O IMPACTO DA COVID-19 NOS SETORES DA CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO E DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Os efeitos da pandemia do COVID-19 nos setores da construção e imobiliário e dos materiais de construção foram, até agora, menos acentuados do que em outros setores, na medida em que as obras não pararam e as empresas, na sua maioria, puderam manter-se em atividade.

As associações empresariais consultadas pela Portugalglobal – AICCOPN e CPCI, e APCMC – alertam, porém, para a necessidade de se acautelar o futuro destes setores, mantendo os níveis de investimento na construção e criando medidas de estímulo à competitividade das empresas.





## AICCOPN E CPCI

### A continuidade de um setor em atividade

Numa altura em que o enfoque prioritário é ainda a contenção do surto pandémico, é ainda muito difícil quantificar, de forma rigorosa, o impacto da crise gerada pelo COVID-19 no setor da Construção e do Imobiliário. Note-se que, a exemplo do que se passa na generalidade dos países, não foi determinada a suspensão das obras, pelo que o setor continua a dar um contributo determinante, continuando a assegurar a construção das infraestruturas necessárias, o funcionamento dos nossos edifícios – tarefa especialmente crítica nos hospitais e nas estruturas temporárias que estão a ser criadas –, a manutenção das redes de água, de eletricidade, de saneamento e de comunicação, bem como a possibilidade de mantermos as nossas casas seguras e saudáveis.



POR **MANUEL REIS CAMPOS**,  
PRESIDENTE DA CPCI\*  
E DA AICCOPN\*

Com efeito, deve-se destacar o papel de todos aqueles que, em obras grandes ou pequenas, nas obras públicas e na construção nova ou na reabilitação, reparação e manutenção, na produção e distribuição de materiais ou na prestação dos mais diversos serviços, como a gestão de condomínios, a mediação imobiliária, entre tantos outros, se têm revelado à altura de dificuldades que, até há bem pouco tempo, estávamos longe de imaginar. É, também, preciso considerar o esforço que as empresas têm feito para manter o exercício da atividade, tendo em conta o cumpri-

mento de todas as orientações da Direção Geral de Saúde, assim como para fazer face aos custos adicionais inerentes a esta situação, que não estavam previstos nas obras em curso. Mas, de igual modo, é necessário reconhecer os empresários e os trabalhadores do setor que, por força das atuais circunstâncias, estão em casa, impossibilitados de desenvolver a sua atividade, mas estão a dar o seu contributo de uma forma diferente e não podem ser esquecidos.

Os atuais indicadores económicos ainda não traduzem estes impactos, mas

todas as estimativas apontam para quebras abruptas da atividade com uma dimensão extraordinariamente significativa. Porém, é necessário começar a preparar a reconstrução da nossa economia, o que passa, desde já, pela resolução das dificuldades que as empresas estão a enfrentar no seu dia-a-dia, e, simultaneamente, pelo planeamento do próximo ciclo, que terá de ser de recuperação de uma crise sem precedentes e, conseqüentemente, precisará de uma resposta rápida e sem precedentes.

E se, no passado, coube sempre à Construção e Imobiliário o papel de motor da economia e do emprego, desta vez não será diferente. Recordo que, no seu conjunto, esta fileira representa 600 mil postos de trabalho, 17,4 por cento do PIB e 50,5 por cento do investimento. Por isso, são necessárias medidas excecionais e orientadas para a nossa atividade, que permitam mitigar os atuais impactos.

Refiro-me a questões como o acesso simplificado e generalizado a linhas de crédito vantajosas e ao *lay-off*, a moratória dos créditos à banca, a suspensão do pagamento dos impostos incluindo-se aqui o IMI e o AIMI, o pagamento imediato de todas as dívidas do Estado a fornecedores, a disponibilização de orientações técnicas que permitam impedir a penalização das empresas pela impossibilidade de realizar as obras e o apoio ao setor na manutenção da sua atividade, tendo sido apresentado ao governo o pro-

jeto “Criar Resiliência na Indústria da Construção - Um plano para a Continuidade no âmbito do COVID-19”.

O país não pode parar e às obras em curso, tanto públicas como privadas, que têm de ser concretizadas, terão de se juntar todos aqueles projetos que Portugal vai precisar para reiniciar a sua economia e emergir mais competitivo e coeso, tanto no plano social, como no plano territorial.

Cumprir o planeamento do investimento público, aproveitar todos os recursos comunitários que vão ser postos à nossa disposição porque, recordo, é na Construção e no Imobiliário e no seu efeito multiplicador na economia e no emprego que a Europa está a apostar, e manter a atratividade para o investimento privado nacional e estrangeiro, são fatores determinantes. Trata-se de um setor decisivo para muitas outras atividades como o turismo, o comércio e a indústria. É necessário, mais do que nunca, capacidade para avançar com rapidez e, como é evidente, com a participação das empresas e dos trabalhadores portugueses que, uma vez mais, não deixarão de corresponder ao desafio que é voltar a colocar Portugal numa rota de crescimento. ●

\*CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

\*AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e das Obras Públicas

[www.aiccopn.pt](http://www.aiccopn.pt)

[www.cpci.pt](http://www.cpci.pt)



## APCMC

### Estimular a competitividade das empresas

A APCMC representa um vasto setor de empresas, cujo núcleo principal é constituído pelos distribuidores independentes de materiais de construção (generalistas de comércio por grosso e a retalho), mas do qual fazem também parte o comércio especializado de ferragens, sanitários, isolamentos, climatização, madeiras, eletricidade, máquinas e ferramentas, tintas e muitos outros. Estão também associados à APCMC várias dezenas de fabricantes dos mais diversos produtos de construção, alguns dos quais exportam grande parte ou mesmo a maioria da sua produção.



POR **JOSÉ DE MATOS**,  
SECRETÁRIO-GERAL DA APCMC -  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS  
COMERCIANTES DE MATERIAIS  
DE CONSTRUÇÃO

Como as atividades que representamos e a própria atividade de construção não foram encerradas, os impactos negativos têm sido, até à data, limitados e, foram claramente maiores ao nível das empresas exportadoras, com as encomendas por parte dos seus clientes, que se concentram nos mercados europeus, a serem suspensas ainda antes do final do mês de março, obrigando à suspensão da atividade de diversas fábricas, por acumulação de *stocks*.

Ao nível da distribuição há situações muito diferentes, de acordo com a respetiva especialização e o tipo de clientes ou obras a que se dirigem.

O segmento do retalho tem sido o mais afetado, sobretudo a partir da entrada em vigor do estado de emergência, com quebras de vendas que podem superar, em alguns casos, os 20 por cento a 30 por cento e que poderão agravar-se se as medidas de restrição se mantiverem para além do final de abril.

O futuro das empresas do setor vai depender, fundamentalmente, de dois fatores: a normalização da cadeia de abastecimento, com origem interna e externa, por um lado, e o comportamento da procura no período pós-crise sanitária, por outro.

Quanto ao primeiro, o início do regresso ao trabalho em Espanha e em Itália tranquiliza-nos. Como referimos, a nossa indústria ou não parou ou as empresas que suspenderam a fabricação fizeram-no por acumulação excessiva de *stocks*.

A recuperação económica poderá trazer-nos novidades ao nível das condições de competitividade entre empresas dos diferentes países. Se a retoma for lenta, as empresas poderão ficar durante muitos meses em situação de desequilíbrio operacional, isto é, abaixo do "break-even" das vendas. Os prejuízos acumulados durante a pandemia e a redução dos rendimentos das famílias irão refletir-se na procura.

Ao mesmo tempo, virão ao de cima as diferenças de capacidade financeira das empresas e das condições de financiamento entre estados.

Deveremos agir quer do lado da procura, promovendo a sustentação dos rendimentos das famílias e combatendo o desemprego, quer do lado da oferta, através da redução dos custos da energia, dos custos salariais (redução de contribuições sociais e/ou participação para formação em posto de trabalho) e empréstimos com componente de fundo perdido destinados a manter a atividade e subordinados a objetivos.

No setor dos materiais de construção, deverão ser desenhadas medidas específicas de estímulo à reabilitação e construção sustentáveis e à eficiência energética, benefícios fiscais às famílias no domínio da habitação, bem como o aumento dos apoios à promoção externa da produção nacional que complementem as medidas já referidas de suporte à competitividade. ●

[www.apcmc.pt](http://www.apcmc.pt)



## MERCER PORTUGAL

### Retoma económica necessitará de mecanismos de solidariedade entre países

Com uma presença em mais de 44 países - entre os quais Portugal -, 25 mil colaboradores e operações em mais de 130 países, a Mercer é uma consultora especializada nas áreas da saúde, reforma, investimentos e talento.

Diogo Alarcão, CEO da Mercer Portugal, revela, num breve depoimento, as previsões (possíveis) da consultora sobre os efeitos da crise desencadeada pela pandemia COVID-19.

“Relativamente ao impacto esperado da COVID-19 no emprego a nível nacional e mundial, é difícil fazer previsões, sendo que não vislumbro um cenário muito positivo. A Mercer tem a decorrer um *survey online* sobre o impacto da pandemia nas organizações e nas pessoas que apresenta os resultados em tempo real (que pode consultar [aqui](#)). Se analisarmos as variáveis que influenciam diretamente o emprego verificamos, para já, que 7,5 por cento das empresas não tencionam fechar a sua operação, sendo



**DIOGO ALARCÃO,**  
CEO DA MERCER PORTUGAL

que 20 por cento ainda não fechou, mas equaciona fechar. Como sabemos estes casos são muito delicados e acompanhados por processos de *lay-off*, licenças sem vencimento ou mesmo despedimentos. Por outro lado, mais de 50 por cento das organizações está a congelar as contratações programadas e têm intenção de não renovar com os colaboradores não permanentes e temporários.

Numa segunda fase, e dependendo do impacto da pandemia nos negócios,



haverá um aumento significativo de processos de reestruturação nas organizações. Inevitavelmente, estes fatores terão como consequência um aumen-

**“O nosso mercado é constituído por empresas de pequena e média dimensão e os setores mais representativos são os serviços, o turismo e o setor automóvel e componentes que estão, e irão sofrer fortemente com a atual situação.”**

to significativo da taxa de desemprego. Em Portugal, estima-se um impacto económico na ordem dos 8 por cento, o que é dramático tendo em conta que estávamos a experienciar uma retoma económica. O nosso mercado é constituído por empresas de pequena e média dimensão e os setores mais representativos são os serviços, o turismo e o setor automóvel e componentes que

estão, e irão sofrer fortemente com a atual situação.

Por estas razões, a pandemia trará um impacto enorme no nosso país e na nossa economia. Quero acreditar que tudo faremos para recuperar o mais rápido possível e que saberemos aproveitar as oportunidades que esta experiência nos irá trazer.

O que fazer para mitigar esse impacto?

Acredito que o nosso governo está a fazer todos os possíveis para mitigar o impacto do COVID-19 nas nossas vidas e nos negócios. Mas é uma prova para a qual ninguém estava preparado. Do lado dos governos, considero ser importante trabalhar na retoma gradual da economia, tendo em conta que o vírus estará presente durante mais algum tempo e teremos de nos adaptar. Mas é importante dar fortes estímulos à economia e minimizar os efeitos que a pandemia já teve.

Do lado das empresas, não existirá uma fórmula única, até porque os negócios são diferentes e, infelizmente, há setores em que o encerramento das operações é inevitável. Para as empresas que têm a possibilidade de continuar a trabalhar, seja por teletrabalho seja porque faz parte do grupo de atividades básicas, a recomendação é a de encontrar mecanismos que as suportem nesta nova realidade.

Nas multinacionais é habitual trabalhar-se em planos de contingência, pelo que serão as primeiras a estar preparadas para uma situação como esta, assim como para o período pós-COVID. No entanto, as empresas que não estavam preparadas foram obrigadas a transformar as suas rotinas e processos em menos de 48 horas. Pela experiência da Mercer, a premissa deve ser a de proteger as suas pessoas em primeiro lugar e encontrar uma fórmula que permita dar continuidade ao negócio, estando consciente das limitações que o novo contexto proporciona. Por exemplo, eu, como líder,

não posso exigir o mesmo das minhas pessoas sabendo que estão com filhos em casa e que têm outras preocupações. Nesta fase, o elemento-chave é a comunicação, ser transparente claro e procurar entender as necessidades de cada um para se poder adaptar as expectativas da organização face às suas pessoas e vice-versa.

**“Pela experiência da Mercer, a premissa deve ser a de proteger as suas pessoas em primeiro lugar e encontrar uma fórmula que permita dar continuidade ao negócio, estando consciente das limitações que o novo contexto proporciona.”**

O outro extremo são as empresas que se viram forçadas a encerrar as suas operações. Aqui o quadro é muito mais negro e é necessário perceber a sustentabilidade financeira existente, os apoios que o Estado está a oferecer no apoio aos negócios e identificar quais as melhores soluções que permitam retomar de forma sustentável o negócio.

Para terminar queria deixar uma nota positiva de que esta é uma guerra comum e que se apelamos à solidariedade coletiva a nível social, é muito importante que existam também mecanismos que suportem uma solidariedade económica e financeira entre países. Por outro lado, em todas as crises temos identificado oportunidades e acredito que as organizações e a sociedade aprenderão com esta pandemia. Mais do que nunca é tempo de aprender e adotar novas formas de trabalho que sejam benéficas para todos.” ●

# CAPACIDADE CRIADORA E CRIATIVA EM ESTADO DE (EMERGÊNCIA)

É comum afirmar-se, que em tempos de crise, os setores da área da cultura são os primeiros a ressentirem-se e os últimos a recuperar. Efetivamente verificou-se que esta crise pandémica teve um impacto imediato e avassalador nas empresas e profissionais ligados a estas atividades. Neste contexto, destacam-se alguns dos setores que têm vindo a ser mais afetados:

**Artes do Espetáculo** - o confinamento decorrente do Estado de Emergência em que nos encontramos, levou a que inúmeros espetáculos e festivais



fossem adiados *sine die*, sendo mesmo a maior parte da programação cancelada, tanto em Portugal como no es-

trangeiro. Esta situação teve impacto direto e imediato na atividade, não só dos artistas, (músicos, atores, bailarinos e *performers*), como também das empresas e dos profissionais que integram e estão associados a este setor: produtoras, agências, técnicos de audiovisual, aluguer de equipamentos, bilhética, entre outros, e que levou à suspensão abrupta da atividade.

**Cinema e Audiovisual** – Também esta área da cultura está a ser fortemente afetada sendo as empresas e



agentes do setor forçados a uma paragem e, desde logo, os trabalhadores que operam à frente e atrás das câmaras, vêm a manutenção dos postos de trabalho em risco, em consequência do adiamento ou mesmo cancelamento de várias produções, tanto nacionais como internacionais, já em curso e/ou em preparação.

**Editorial e Livreiro** - O adiamento da 90.ª edição da Feira do Livro de Lisboa indiciou, desde logo, o forte impacto da pandemia nesta área, em que muitas das editoras e agências literárias se viram obrigadas a suspender a atividade, a adiar lançamentos, a reagendar a publicação de novas obras, a repensar

## Medidas de apoio à economia e às empresas

Com o objetivo de apoiar as empresas e os postos de trabalho dos seus colaboradores, o governo tem vindo a aprovar um conjunto de medidas temporárias e simplificadas para ajudar as empresas a suportar o impacto económico desta pandemia. Estas medidas consistem em reduzir ou aliviar os compromissos perante a banca, o fisco e a segurança social, e os trabalhadores, com vista a manter o emprego e a proporcionar meios financeiros para continuar a pagar aos fornecedores e aos trabalhadores que se mantenham em funções.

Estas medidas de apoio à economia respeitam a:

- *Lay-off*
- Moratórias de Crédito
- Apoios à Tesouraria
- Empresário em nome individual
- Diferimento de Impostos e Contribuições

- Portugal 2020
- Sócio-gerentes
- *Startups*
- Teletrabalho (medidas digitais)

Podendo ser consultadas [aqui](#).

Também a AICEP, que participa no esforço coletivo exigido a todos perante as circunstâncias extraordinárias que o país vive e continua a garantir a atividade diária de acompanhamento das empresas, publica nos *síntes* Portugalglobal e Portugal Exporta legislação e outra informação útil e atualizada para as empresas, designadamente informação relevante para a sua atividade internacional.

**Consulte em:**

[www.portugalexporta.pt/covid-19-legislacao-interesse-para-empresas](http://www.portugalexporta.pt/covid-19-legislacao-interesse-para-empresas)

[www.portugalexporta.pt/covid-19-perguntas-frequentes](http://www.portugalexporta.pt/covid-19-perguntas-frequentes)

todo o plano editorial e inclusivamente, a ver gorado o negócio da venda de direitos a editoras internacionais, assim como contratos de distribuição, em função deste novo contexto.



Igualmente se verificou uma acentuada quebra nas vendas do mercado livreiro, desde logo pela restrição e/ou encerramento de atendimento ao público do comércio, que põe em causa a atividade das livrarias que denotavam já alguma fragilidade. Prevê-se que o forte impacto negativo generalizado no setor, nomeadamente para as pequenas editoras e livrarias, resulte numa falta de liquidez, com graves implicações futuras, pondo assim em causa a capacidade de realização de futuros investimentos.

Caracterizando-se estes setores por uma atitude resiliente e pela extraordinária capacidade “criadora e criativa”, suscitada por uma constante inquietação, rapidamente reagiram à crise através de múltiplas iniciativas nos mais variados formatos, nomeadamente através da utilização de plataformas digitais.

Porém, não sendo esta alternativa suficiente para fazer face aos constrangimentos financeiros encontrados, constituindo estes setores um potencial económico, deve ser dada particular atenção, face à escassez de fontes de financiamento adequadas e à necessidade de apostar na capacitação específica para cada setor sobre o acesso a instrumentos e mecanismos disponíveis. ●

*Cristina Góis, especialista da Fileira das Indústrias Culturais e Criativas da AICEP*

## Mobiliário e Iluminação

As indústrias do mobiliário e iluminação nacionais, com mais de 4.600 empresas, que empregam 35.800 trabalhadores, e um peso no volume das exportações nacionais de 2,2 por cento (dados de 2018) foram fortemente atingidas pelos efeitos da COVID-19. São setores com forte vocação exportadora e cuja promoção internacional é sobretudo efetuada através da participação nos principais eventos internacionais, atualmente suspensos e/ou cancelados.

Com o objetivo de obterem uma visão do impacto da pandemia COVID-19 nas empresas, bem como identificar medidas de apoio à economia destinadas a aliviar as dificuldades das empresas, as associações representativas de cada setor AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, APIMA - Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins e AIPI – Associação dos Industriais Portugueses de Iluminação, dinamizaram a realização de inquéritos junto das suas associadas entre 23 de março e 7 de abril.

As principais dificuldades sentidas pelas empresas inquiridas prendem-se com a redução e cancelamento ou diminuição das encomendas, com problemas na cadeia de distribuição e nos fornecimentos, mas também com paragem total das unidades de produção e as obrigações contratuais para com os colaboradores.

O adiamento do prazo de pagamento das obrigações contributivas e fiscais, o recurso ao *lay-off* simplificado e a linhas de crédito específicas são as principais medidas a que as empresas admitem recorrer, mas propõem ainda que, no âmbito dos projetos apresentados ao Portugal 2020, haja a possibilidade de se reafectar os investimentos previstos em feiras e viagens de prospeção, a ações orientadas para plataformas de atuação internacional, direcionadas para a comunicação digital, bem como a disponibilização imediata dos incentivos a receber.

Em comunicado de imprensa, a APIMA revela que dois terços das empresas do cluster do mobiliário e afins preveem recorrer ao *lay-off* simplificado e que uma em cada três empresas estima quedas de faturação superiores a 50 por cento no ano de 2020.



# O IMPACTO DA COVID-19 NO COMÉRCIO ONLINE

O impacto da crise do novo Coronavírus na economia não tem precedentes nos últimos 100 anos; enfrentamos uma situação tão desconhecida quanto volátil. O que parece previsível é que, de todos os aspetos de conduta pessoal e comercial que precipitaram a crise (como o teletrabalho ou a formação *online*), a Economia Digital poderá ser a área mais reforçada, tendo no comércio eletrónico um “braço armado” executor que mudará as formas tradicionais de consumo.



POR **FERNANDO APARÍCIO**,  
DIRETOR DA AMVOS DIGITAL  
E PROFESSOR DO IE (INSTITUTO  
DE EMPRESA)

O que foi observado até agora é que, nas primeiras semanas de desenvolvimento do coronavírus, a procura por produtos de consumo, em particular por alimentos e bebidas, aumentou exponencialmente, bem como outra série de comportamentos irracionais, como o açambarcamento de produtos essenciais, típicos de situações nacionais de emergência.

Também é óbvio que o confinamento forçado resultante das estratégias de mitigação da crise irá promover o modo de compra *online* como uma al-

ternativa à compra física. A Amazon, os outros serviços de entrega e as divisões *online* dos principais retalhistas globais (Target, Walmart, El Corte Inglés, Tesco, Carrefour) estão sob pressão para atender ao crescimento exorbitante da procura através das suas lojas digitais, dado que a premissa é evitar qualquer tipo de aglomeração como medida de prevenção de contágios, sendo o comércio eletrónico uma forma eficiente de atingir esse objetivo.

Numa segunda fase, na qual provavelmente entraremos nos próximos meses, o consumo *online* deverá, no entanto, ser afetado pelo impacto radical da diminuição da procura na economia como um todo. O confinamento fará diminuir o desejo de comprar algo que não seja essencial e as perdas de empregos limitarão o poder de compra. Além disso, a disseminação do contágio na cadeia logística, a qual é indispensável para uma estratégia de comércio eletrónico, é outro fator limitante de grande magnitude. As pressões existentes nos armazéns da Amazon para interromper a atividade devido a um possível contágio, por exemplo, forçaram a limitar as mensagens de comércio eletrónico exclu-

sivamente aos setores mais críticos, o que impede a realização de compras *online* nos restantes setores.

Se falamos de fases posteriores, a incerteza ligada à duração e magnitude da crise subsequente dificulta qualquer tipo de previsão, mas parece claro que esta pode não ser a última crise sanitária e que, portanto, certos comportamentos estão aqui para ficar. Parece claro que o resultado desta crise será que o retalho Brick & Mortar continuará a diminuir em benefício do e-commerce. Os segmentos da população mais relutantes em comprar *online*, especialmente a faixa da população com mais de 60 anos, serão forçados a converter-se ao padrão da compra digital. As vantagens do comércio eletrónico tornar-se-ão cada vez mais evidentes para os recém-chegados, o que impulsionará um desenvolvimento ainda mais acelerado e estratégico para todas as empresas, que irão descobrir como os elevados orçamentos para missões comerciais e participação em feiras podem ser substituídos por versões digitais, o que, por outro lado, representa uma grande economia em deslocções e, last but not least, um importante alívio para os problemas ambientais.

Como desafios pendentes o drama atual promoverá uma reconversão de indivíduos e empresas, que terão que se adaptar a um cenário que questione a globalização como a conhecemos e poderá precipitar ainda mais as tendências protecionistas já evidentes de muitos países. Os modelos de rendimentos das sociedades devem considerar seriamente a adoção de um modelo cada vez mais falado, o do Rendimento Básico Universal sem condições, como a melhor maneira de garantir a manutenção mínima de uma economia global baseada no consumo dos indivíduos. ●